

Tomaz Tadeu da Silva
 Professor do Departamento de
 Ensino e Currículo da Faculdade
 de Educação da UFRGS

Para Gladis Perlin e Carlos
 Skliar, que, antes de mim,
 compreenderam as implicações
 das conexões entre Estudos
 Culturais e Estudos Surdos

A política e a epistemologia do corpo normalizado

“A surdez não é um tema de audiologia, mas de epistemologia”. Compare esta afirmação feita por Owen Wrigley, num recente livro sobre a política da surdez, com as afirmações feitas recentemente por um médico otorrinolaringologista, no programa de televisão do Jô Soares (7 de novembro de 1997). Comparendo ao programa para falar sobre o lançamento de uma campanha de prevenção da surdez, o “especialista” decretou: “A surdez é uma doença da comunicação... Se você é surdo, você não consegue se comunicar... Por causa disso, os surdos vivem sob um intenso stress; são mais estressados do que os cegos...”. Até mesmo Jô Soares (que, no registro dominante de representação da surdez, havia apresentado o convidado aos berros) foi capaz, embora de forma retardada, de replicar: “Mas alguns surdos se comunicam, falam, fazem sinais...”. O otorrino, entretanto, estava incansável na

sua cruzada terapêutica: “Sim, mas de forma muito limitada. Inclusive, diferentemente dos cegos, são muito raros os surdos que, como Beethoven, têm expressão na área cultural...”. Como a campanha era promovida pela Sociedade Brasileira de Otorrino-

sentada pelas sentenças do ilustre otorrino, reflete a abordagem científica, médica, terapêutica sobre a surdez. A primeira, em troca, questiona radicalmente a segunda. Para Wrigley, o tema da surdez só pode ser tratado como uma questão epistemológica.

A frase de Wrigley (“não se trata de uma questão de audiologia, mas de epistemologia”) coloca definitivamente o tema da surdez na perspectiva dos Estudos Culturais.

“Epistemologia” não é compreendida aqui no sentido da Filosofia ou no sentido da Psicologia do Desenvolvimento, mas no sentido político que lhe deu, sobretudo, Foucault. “Epis-

temologia” remete, nessa concepção, às conexões entre conhecimento e poder. As afirmações do médico no programa de Jô Soares pertencem a uma matriz de conhecimento e poder sobre a surdez na qual um saber particular – médico, científico – opera para estigmatizar e subjugar um grupo cultural específico. A frase de Wrigley (“não se trata de uma questão de audiologia, mas de epistemologia”) coloca definitivamente o tema da surdez na perspectiva dos Estudos Culturais. Nessa perspectiva,

laringologia e patrocinada pelos Ministérios da Educação, da Saúde e do Trabalho, as declarações do “especialista” se revestiam de toda legitimidade científica e institucional possível. A ciência, tal como o otorrino, também parece incansável, nesse limiar de um novo século, na sua secular campanha de estigmatização da surdez e da pessoa surda. Os dois tipos de afirmações ilustram duas abordagens radicalmente diferentes do tema da surdez. A segunda, repre-

temologia” remete, nessa concepção, às conexões entre conhecimento e poder. As afirmações do médico no programa de Jô Soares pertencem a uma matriz de conhecimento e poder sobre a surdez na qual um saber particular – médico, científico – opera para estigmatizar e subjugar um grupo cultural específico. A frase de Wrigley (“não se trata de uma questão de audiologia, mas de epistemologia”) coloca definitivamente o tema da surdez na perspectiva dos Estudos Culturais. Nessa perspectiva,

nenhum conhecimento é visto simplesmente como o estágio mais avançado de descrição da "realidade". Todo saber é colocado sob suspeita, todo saber é visto como relação social. As conexões entre saber e poder não são vistas aqui simplesmente através das metáforas da contaminação, da distorção ou da falsificação. Não se trata simplesmente de imobilizar ou expurgar o poder para fazer aparecer o "conhecimento" em toda sua verdade e pureza. É isso que significa dizer que a surdez é uma questão de epistemologia.

A frase de Wrigley ilustra outra característica importante dos Estudos Culturais. A

própria invisibilidade da norma que faz com que ela nunca seja questionada, problematizada: é sempre o "desvio" que constitui um "problema". No processo de estabelecimento de diferenças que caracteriza a construção da alteridade, o Outro é sempre o "desvio" tornado visível e problemático. É por isso que, nos esquemas de diferenciação racial, o branco nunca aparece como cor. A heterossexualidade nunca é vista como

...que tal se passássemos a ver não o surdo mas o discurso sobre o surdo como um problema, incluído aí, é claro, o discurso do "especialista"? Em geral, a norma tende a ser invisível e é essa própria invisibilidade da norma que faz com que ela nunca seja questionada, problematizada: é sempre o "desvio" que constitui um "problema".

perspectiva sobre as conexões entre cultura e poder introduzida pelos Estudos Culturais tende a inverter muitas das questões que comumente fazemos sobre processos sociais e culturais. No caso do otorrino do programa de televisão, por exemplo, que vê o surdo como problema, a operação imediata sugerida pelos Estudos Culturais consiste em inverter a estratégia do médico: que tal se passássemos a ver não o surdo mas o discurso sobre o surdo como um problema, incluído aí, é claro, o discurso do "especialista"? Em geral, a norma tende a ser invisível e é essa

um problema.

Dois livros recentes, publicados nos Estados Unidos, vêm colocar decisivamente o tema da surdez e, mais amplamente, o das incapacitações físicas, no âmbito dos Estudos Culturais. Isto significa, sobretudo, tirá-los do âmbito das perspectivas médicas, terapêuticas, assistencialistas, caritativas, etc., que, historicamente, têm predominado, para tratá-los como uma questão cultural, social, histórica, política. *Enforcing normalcy: disability, deafness and the body* (Nova York: Verso, 1995) é escrito por Lennard J. Davis, professor de Inglês na Binghamton

University (State University of New York). *The politics of deafness* (Washington, D.C.: Gallaudet University Press, 1996) é de autoria de Owen Wrigley, um antropólogo que é assessor da Unesco. Neste espaço, vou revisar e comentar o livro de Lennard J. Davis. A revisão do livro de Wrigley fica para uma outra ocasião.

O livro de Davis tenta estabelecer uma conexão entre o tema da surdez, o tema da incapacitação física em geral e o da normalização do corpo. Mesmo consciente da posição estratégica dos/as ativistas surdos/as em fazer uma distinção entre a surdez e incapacitações em geral (definindo o grupo dos/as surdos/as como um grupo cultural com uma língua própria), Davis vê, corretamente, na minha opinião, vantagens, em teorizar esses três temas de forma articulada. Davis quer teorizar, de forma geral, as formas pelas quais o corpo tem sido normalizado e é aqui, certamente, que o tema da surdez se conecta com outras formas de sujeição estabelecidas através de características físicas e corporais. Seria um pouco estranho se os grupos surdos, como objetos de processos sociais de alterização, fossem basear a construção de sua identidade em estratégias de alterização que elegem, por sua vez, outros grupos, como seu "outro".

Uma política de contestação da ordem corporal dominante não pode ser construída através de divisões, mas de coalizões que se concentrem no questionamento das formas pelas quais todos os grupos sociais que não correspondem às diversas dimensões da "norma" são definidos e construídos como inferiores e desviantes. Grupos constituídos de paraplégicos, cegos, portadores da Síndrome de Down, etc., podem não constituir um grupo cultural como os de surdos (embora essa

apenas uma mulher poderia falar sobre a dominação de gênero, por exemplo. Não é o caso de discutir aqui os argumentos em favor dessa posição ou contra ela. No caso de Davis, ele acha que pode falar dos tipos de opressão que aborda no livro por se identificar culturalmente com o grupo das pessoas surdas: por uma questão de opção política e por ser filho de pai e mãe

Uma política de contestação da ordem corporal dominante não pode ser construída através de divisões, mas de coalizões que se concentrem no questionamento das formas pelas quais todos os grupos sociais que não correspondem às diversas dimensões da "norma" são definidos e construídos como inferiores e desviantes.

possibilidade exista e, em muitos casos, também esses grupos se organizem como cultura). Esses grupos certamente não têm, como os surdos, uma língua própria. São, entretanto, todos eles, igualmente, vítimas de processos de exclusão, estigmatização, subjugação que têm muita coisa em comum. Na análise de Davis, é o território do corpo normalizado que faz a conexão entre essas formas de subjugação.

No Prefácio, Davis sente-se obrigado a declarar sua identidade: não é surdo, nem tem qualquer tipo evidente de incapacitação (embora, como ele vai dizer mais adiante, a incapacitação física não seja um absoluto, mas um continuum). Em certos círculos ligados à chamada "política de identidade" argumenta-se que só pode falar de uma subjugação específica quem vive essa subjugação. Assim,

surdos.

Ainda no Prefácio, o autor discute as razões pelas quais os temas da surdez e da incapacitação não fazem parte da agenda política progressista. Mesmo pessoas ligadas a outros movimentos sociais (classe, raça, gênero, sexualidade) olham com desconfiança para o ativismo e a teorização sobre a surdez e a incapacitação. É interessante observar que no Brasil a gama de temas que define uma posição progressista ou de esquerda é ainda mais restrita. Aqui, continuamos apegados a uma concepção que considera como sendo progressista ou de esquerda apenas posições que se definem relativamente a questões de classe ou de exploração econômica. Não há nenhum constrangimento em se identificar como de esquerda e, ao mesmo tempo, demonstrar atitudes sexistas, ra-

cistas, homofóbicas, etc.

No Capítulo 1 do livro ("Incapacitação: o termo que falta na tríade 'raça, classe, gênero'"), Davis faz uma síntese dos principais argumentos que vai desenvolver nos outros capítulos. Ele questiona aí vários dos pressupostos que orientam as concepções dominantes sobre a incapacitação e o corpo. Ele começa por questionar a suposição comum de que a incapacitação é um problema menor que diz respeito a um pequeno número de pessoas que tiveram a infelicidade de adquirir algum tipo de incapacitação. Em vez disso, afirma Davis, ela é "parte de um discurso historicamente construído" (p. 2). De acordo com a perspectiva de análise discursiva que adota, Davis vai argumentar que a incapacitação não é simplesmente um objeto, um fato natural, uma fatalidade ("uma mulher com uma bengala"), mas um "processo social que envolve intimamente todas as pessoas que têm um corpo e vivem no mundo dos sentidos" (p. 2). Esse discurso, assim construído, não atinge apenas o corpo e a vida das pessoas com incapacitação: ele regula também os corpos e as vidas das pessoas consideradas "normais". Incapacitação e "normalidade" pertencem, assim, a uma mesma matriz de poder; eles estão inextrincavelmente ligados. Nas palavras de Davis, "normalidade e incapacitação fazem parte de um mesmo sistema" (p. 2).

Tradicionalmente, os temas da surdez e da incapacitação têm sido tratados por especialistas que tomam como seu objeto a pessoa surda ou a pessoa com incapacitação. Esse discurso, altamente medicalizado e voltado para a terapêutica, cumpriu e cumpre seu papel numa economia de poder e controle. É ele próprio que tem, agora, que ser problematizado. Na perspectiva que Davis vai desenvolver, não é mais a pessoa surda ou a pessoa que usa uma cadeira de rodas que vai ser o objeto de estudo, mas o “conjunto de processos sociais, históricos, econômicos e culturais que regulam e controlam a forma pela qual pensamos sobre o

o crime, a sexualidade, o gênero, a doença, etc. Na análise de Davis, pode ser que nas sociedades pré-industriais as pessoas com incapacitação não fossem exatamente bem tratadas, mas eram vistas como parte do tecido social, enquanto que nas sociedades industriais, sob o pretexto de um tratamento mais liberal, acabou-se por segregar e institucionalizar essas pessoas.

Concentrando-se no tema da surdez, Davis analisa como nosso pensamento está amplamente povoado de pressupostos problemáticos sobre a surdez e a audição. Para Davis, enquanto muitos intelectuais

tipo de incapacitação. Como diz Davis, corpos alternativos, transgressivos povoam essas análises (gays, lésbicas, transformistas, travestis, drag queens), mas a figura que ele vê como mais transgressiva, como mais desviante, o corpo com incapacitação, nunca aparece ou nunca é celebrado. Nessas análises, o corpo é visto como um território de *jouissance*, um “terreno nativo de prazer, a cena de um excesso que desafia a razão, que questiona a cultura dominante e sua visão rígida – definida pelo poder – do corpo” (p. 5). O corpo “deformado”, “mutilado”, “doente” não se encaixa muito bem nessa perspectiva.

Adiantando argumentos que vai desenvolver em outro capítulo, Davis afirma que a categoria de incapacitação é construída em grande parte através do campo da visão. Nós imaginamos um corpo ideal, idealizado. O corpo que não corresponde a esse ideal introduz uma perturbação no campo da visão. É sobretudo através da visão que a pessoa é vista como tendo alguma forma de incapacitação. De acordo com uma perspectiva bastante comum nos Estudos Culturais, Davis vê como central à definição da incapacitação o papel do olhar: “a incapacitação é um momento especular. O poder do olhar para controlar, limitar e patrulhar a pessoa com incapacitação é trazido para a linha de frente. Essas respostas podem incluir horror, medo, dó, compaixão,

Tradicionalmente, os temas da surdez e da incapacitação têm sido tratados por especialistas que tomam como seu objeto a pessoa surda ou a pessoa com incapacitação. Esse discurso, altamente medicalizado e voltado para a terapêutica, cumpriu e cumpre seu papel numa economia de poder e controle. É ele próprio que tem, agora, que ser problematizado.

corpo e através do corpo” (p. 2). Em suma, o problema aqui não é o surdo, mas o discurso sobre o surdo.

Numa perspectiva histórica, Davis localiza a gênese do discurso dominante sobre a incapacitação nos séculos XVIII e XIX. Trata-se de uma relação social que, inventada naqueles séculos, impulsionada por fatores sociais e econômicos, pode ser vista como “parte de um projeto mais geral para controlar e regular o corpo” (p. 3). O controle da incapacitação se insere numa matriz mais ampla de regulação do corpo que inclui

progressistas têm sido ativos em denunciar o racismo, o sexismo e os preconceitos de classe, não ocorre à maioria deles a idéia de que “a própria fundação no qual se baseiam seus sistemas de informação, suas próprias práticas de ler e escrever, ver, pensar e se movimentar estão plenas de suposições sobre escutar, surdez, cegueira, normalidade...” (p. 4). Mesmo naquelas análises mais voltadas para o questionamento da normalização do corpo (análises sobre a sexualidade, análises feministas, por exemplo), há um silêncio sobre o corpo que tem algum

desvio do olhar” (p. 12). Na verdade, a construção social da incapacitação envolve também os outros sentidos e não apenas a visão. Para Davis, o corpo não é simplesmente (ou primariamente) um objeto físico, mas uma “forma de organizar, através do campo dos sentidos, as variações e modalidades da existência física que são corporificadas no ser através de uma matriz social/política mais ampla” (p. 14).

Focalizando, ainda no Capítulo 1, mais diretamente o tema da surdez, Davis desenvolve um questionamento da

plenamente gramatical poder ter sido nossa primeira língua” (p. 18). Há uma tendência a se confundir a capacidade da linguagem em geral com a capacidade para falar uma língua particular. Nesse sentido, a língua falada/escrita é uma forma particular de linguagem. Equaciona-se, por sua vez, a capacidade de se expressar numa forma lingüística particular (neste caso, a forma falada/escrita) com o pensamento e a razão. Não por acaso as pessoas surdas têm sido identificadas, ao longo da história, como mentalmente incapacitadas. Para Davis, ao “conceptualizar a linguagem como escrita e fala, ou ao

que não esteja regulada de alguma forma por alguma noção de normalidade.

Ao focalizar a normalidade, em vez da incapacitação, Davis está realizando aquela operação de inversão que é típica da análise cultural. Ao fazer isso, enfatiza que o “problema” não é a pessoa com algum tipo de incapacitação; “o problema é a forma como a normalidade é construída para criar o ‘problema’ da pessoa com incapacitação” (p. 24).

Historicamente, a noção de norma e normalidade é uma invenção relativamente recente. Embora, como diz Davis, a tendência a fazer comparações seja muito antiga, ele localiza a gênese da idéia de norma e normalidade nos séculos XVIII e XIX, em conexão com o processo de industrialização e de transformação capitalista. Desenvolveu-se aí, em conexão com noções sobre nacionalidade, raça, gênero, criminalidade, orientação sexual, um conjunto de práticas e discursos centrados ao redor da noção de norma e de normalidade.

Davis argumenta que anteriormente (no antigo mundo grego, por exemplo), a idéia predominante era a de “ideal”. Nesse mundo predominava a idéia de um corpo ideal, tal como exemplificado na tradição das Vênus desnudas, de visualização de um corpo mitopoiético ligado ao corpo dos deuses. Esse corpo divino é, pois, o corpo ideal, não atingível por um ser humano. Uma vez que nesse tipo de sociedade ninguém pode ter o corpo ideal, também não há nenhuma pressão para que os corpos se conformem a esse ideal.

Para Davis, o corpo não é simplesmente (ou primariamente) um objeto físico, mas uma “forma de organizar, através do campo dos sentidos, as variações e modalidades da existência física que são corporificadas no ser através de uma matriz social/política mais ampla” (p. 14).

quilo que ele chama de um dos “mitos mais capacitacionistas (*ableist*) de nossa cultura: o mito de que a norma, para os seres humanos, consiste em falar e ouvir, consiste em se envolver num ato de comunicação através da fala e da escuta” (p. 15). O pressuposto, amplamente aceito, é de que a linguagem auditiva/oral é natural, comum e universal. Davis argumenta que é possível, ao menos teoricamente, sustentar a hipótese contrária: que alguma linguagem de sinais pode ter sido a forma original de comunicação – uma forma de comunicação tão plena e “natural” quanto a oral: uma “língua de sinais plenamente articulada e

fetichizar a encarnação auditiva/oral da linguagem, estamos, na verdade, realizando um ato de repressão contra a linguagem no sentido mais amplo do termo” (p. 19).

No Capítulo 2 (“Construindo a normalidade”), Davis desenvolve o argumento, adiantado na Introdução, de que o discurso sobre a incapacitação não pode ser pensado de forma separada do modo como a normalidade é produzida. Como diz ele, “nós vivemos num mundo de normas”. Há normas de alimentação, de saúde, de beleza, de inteligência, de forma física, de moralidade, de sexualidade... É difícil pensar numa área da vida cotidiana contemporânea

Davis argumenta que o conceito de “norma” nasce ligado ao conceito de “média”. Este último, por sua vez, está conectado ao nascimento da Estatística como uma ciência das coisas do “estado”, como uma espécie de aritmética política. O objetivo dessa Estatística é descrever as populações através do cálculo da média de algumas características vitais. A partir desse cálculo, podia-se chegar ao “homem médio”, que se torna, então, uma espécie de ideal. Uma consequência imediata desse raciocínio foi a curva de Gauss ou “curva do sino”, que descreve graficamente a distribuição de uma determinada população relati-

do Sino”, no qual se argumentava, utilizando-se, pretensamente, evidências científicas, que os negros e as mulheres têm inteligência inferior. A esse respeito, veja-se o importante livro de crítica a essa “argumentação”, organizado por J. Kincheloe, S. Steinberg e A. D. Gresson III, *Measured lies. The Bell Curve Examined*, Nova York, St. Martin's Press, 1996).

Davis vê uma conexão entre o nascimento e desenvolvimento da Estatística e as concepções ligadas à Eugenia (aliás, definida, no Dicionário Aurélio, como “ciência que estuda as condições mais propícias à reprodução e melhoramento da raça huma-

Antes do final do século XVII, as pessoas surdas não eram construídas como um grupo, não havendo nenhum discurso importante construído em torno da surdez. É no século XVIII que “a surdez se torna uma área de fascinação cultural e um foco obrigatório da reflexão filosófica”

vamente a uma característica determinada. Como se sabe, essa curva expressa graficamente o “fato” de que, dada uma característica determinada, a população em questão se concentra em grande parte no centro da curva, onde se localiza a média, enquanto uma pequena parte se distribui nos dois extremos: os que ficam abaixo da média ou norma e os que ficam acima dela. Temos aí, pois, estabelecido, através da Estatística, o conceito de norma e de desvio. (Não podemos pensar que a “curva do sino” seja simplesmente um conceito em desuso. Recentemente, nos Estados Unidos, publicou-se um livro justamente com o título de “Curva

na”!). É precisamente a idéia de que as populações podem ser normalizadas que liga a Estatística à Eugenia. É central a ambas o conceito de corpo normal e, portanto, o de corpo incapacitado. A noção de norma é “suplementada pelas noções de progresso, de perfectibilidade humana e de desvio para criar uma visão dominante, hegemônica, daquilo que o corpo humano deve ser” (p. 35).

Finalmente, Davis argumenta que há uma conexão entre a noção de norma enquanto desenvolvida pela Estatística e a forma pela qual certa concepção de normalidade (e de desvio) é narrada pelo romance dos séculos XVIII e

XIX. Desde a descrição da personagem central como típica, passando pelos dispositivos narrativos destinados a reconduzir as personagens desviantes à normalidade, até os finais normalizantes, o romance dessa época transmite noções de normalidade, transformando diferenças físicas em diferenças ideológicas: “as personagens com incapacitação são sempre marcadas com significado ideológico, da mesma forma que os momentos de doença ou acidente que transformam essas personagens” (p. 49).

Nos capítulos seguintes, Davis vai se concentrar no tema da surdez. No Capítulo 3 (“Universalizando a marginalidade: como a Europa se tornou surda no século XVIII”), ele desenvolve um argumento provocativo: no século XVIII, a Europa se tornou surda. Com isso, Davis quer dizer que naquele século, desenvolveu-se uma fascinação pelo tema da surdez que não estava presente nos séculos anteriores. Naquele momento, diz Davis, “a pessoa surda se tornou um ícone para as complexas intersecções entre sujeito, posição de classe e corpo” (p. 51). Seguindo a análise que Michel Foucault fez da loucura, Davis afirma que a surdez tornou-se visível na época do Iluminismo. Nesse momento, a surdez transforma-se em objeto de tratamento por parte de especialistas e, ao mesmo tempo, um símbolo de uma das dimensões do próprio sujeito do Iluminismo. Antes do final do século XVII, as pessoas surdas não eram construídas como um grupo, não havendo nenhum discurso importante construído em torno da surdez. É no século XVIII

que “a surdez se torna uma área de fascinação cultural e um foco obrigatório da reflexão filosófica”. Pergunta Davis: por quê?

Uma resposta possível é que os filósofos desse período estavam obcecados em definir o que faz com que os seres humanos sejam humanos. A investigação sobre os “selvagens”, crianças criadas em isolamento, orangotangos e pessoas surdas permitia que se observasse “cientificamente” o “homem natural”. A criança selvagem e a pessoa surda eram exemplos vivos de seres intocados pela cultura e pela civilização. Ali se podia surpreender a essência do humano.

criança selvagem está baseado na idéia de que a pessoa surda não possui uma linguagem, a menos que aprenda a escrever ou a falar a linguagem oral. Numa frase cujos ecos se ouvem ainda hoje (se me perdoam uma metáfora de ouvinte), como nas palavras do otorrino do programa do Jô Soares, um certo Dr. Johnson caracterizou a surdez como “uma das mais desesperantes calamidades humanas”.

Em contraposição a essa visão, entretanto, há no século XVIII também um outro discurso, que vê a pessoa surda como alguém que raciocina, sente, pensa e usa a linguagem exatamente da mesma forma que as pessoas que ouvem, diferindo apenas na língua particular que usa. Essa visão alternativa é apresentada em algumas obras de ficção do período, como no romance *Duncan Campbell*, de Daniel

...há no século XVIII também um outro discurso, que vê a pessoa surda como alguém que raciocina, sente, pensa e usa a linguagem exatamente da mesma forma que as pessoas que ouvem, diferindo apenas na língua particular que usa.

Essa observação respondia a perguntas que fascinavam o pensamento filosófico da época. Existem pensamentos anteriormente à linguagem? Um ser humano pode ser humano sem linguagem?

Essa emergência da surdez como uma categoria construída, entretanto, é apenas uma expressão de uma outra condição. O cenário constituído pela pessoa surda ou pela

Defoe. Alguns desses escritores, como Wallis, enfatizam uma conexão entre surdez e escrita. A idéia é a de que dado um texto escrito, existe pouca diferença entre uma pessoa ouvinte e uma pessoa surda no processo de escrita ou leitura: “a escrita é, na verdade, uma linguagem de sinais, uma linguagem de sinais mudos” (p. 59). Há uma estreita conexão entre surdez e textualidade.

Lembrando Roland Barthes, Davis argumenta que a pessoa surda tem uma experiência do texto ao nível do grau zero da escrita: como um texto primeiramente e antes de tudo.

É neste ponto que, finalmente, Davis apresenta seu provocativo argumento em toda sua plenitude. Foi no século XVIII que os leitores e leitoras pela primeira vez começaram a ter, em grande escala, uma experiência da realidade através dos textos, tendo, pois, uma experiência diferente com a realidade e com os textos. Parte dessa diferença tem a ver com o fato de “no século XVIII, a fim de se tornar leitores, as pessoas tinham que se tornar surdas, ao menos culturalmente” (p. 62). Isto é, a leitura exige que a pessoa permaneça muda e que esteja atenta a sinais não-orais. E eis aqui a conclusão do argumento de Davis: “à medida que a pessoa ouvinte se tornou surda, a pessoa surda se tornou a representação totêmica do público leitor” (p. 62). Nesse contexto, as pessoas surdas, vistas agora como leitoras e escritoras por excelência, como “criaturas que existiam primeiramente e acima de tudo num estado de semiologia, foram os primeiros cidadãos totêmicos numa nova era de textualidade” (p. 62).

Esses dois processos atuaram, pois, conjuntamente, numa dialética da marginalização e da universalização.

Como ocorre com outros grupos subordinados, as pessoas surdas são vistas, nesse momento, ao mesmo tempo, como objeto de admiração e objeto de piedade. No momento mesmo em que sua experiência é, através da generalização da leitura e da escrita, universalizada, elas são tornadas também objetos do olhar regulador da curiosidade, da filosofia e da “ciência”.

Davis termina o Capítulo 3, ilustrando essa transformação ocorrida no século XVIII, através de uma análise de um livro escrito por Pierre Desloges, uma pessoa surda que foi aluno de Abbé de l'Epée. Para Davis, “sua experiência marginalizada, tal como a da maioria das pessoas surdas nesse momento, torna-se universalizada através da imprensa” (p. 64).

O balanço final, entretanto, é que o caráter mudo da textualidade, visível no século XVIII, se torna escondido e reprimido na história. Para Davis houve, na verdade, não apenas um ocultamento, mas uma verdadeira supressão desse fato. A razão é que, afinal, “o corpo é político” (p. 71). Ele tem sido o local de poderosas estratégias de controle e administração. O corpo do cidadão é o corpo capaz: “corpos ‘deformados’, surdos, ‘amputados’, obesos, femininos, perversos, ‘aleijados’, ‘mutilados’, cegos não fazem parte do corpo político” (p. 72). Os enunciados que pertencem legitimamente à esfera da cidadania são aqueles produzidos por formas conformadas, ideais, de humanidade.

No Capítulo 4 (“Nacionalis-

mo e surdez: o século XIX”), Davis permanece num registro histórico. Ele analisa aqui as conexões entre a construção da idéia de nação, no século XVIII, e as construções discursivas da incapacitação. Foi a aglutinação de povos heterogêneos “em torno do moderno estado-nação, no século XVIII, como parte do processo de crescente hegemonia burguesa, que consolidou a idéia de nação e a ideologia da nacionalidade” (p. 76). A construção das modernas nações envolveu, em geral, a imposição de uma cultura e uma língua dominantes sobre populações cultural e linguisticamente heterogêneas.

A desconstrução da idéia de nação, feita por pessoas como Benedict Anderson e Homi Bhabha, por exemplo, permitem que se amplie o conceito

Como ocorre com outros grupos subordinados, as pessoas surdas são vistas, nesse momento, ao mesmo tempo, como objeto de admiração e objeto de piedade.

de nacionalismo para incluir as estratégias de identidade de grupos de pessoas que se vêem ligadas por uma cultura, uma língua e uma narrativa comuns que podem, então, ser vistas como nações e nacionalidades no sentido amplo. À primeira vista, diz Davis, parece que a surdez é uma questão médica ou, no máximo, um fenômeno social, tendo pouco a ver com questões relativas à nação ou à nacionalidade. Entretanto, a questão de

uma linguagem comum está inextricavelmente ligada à forma pela qual as pessoas surdas foram tratadas nos séculos XVIII e XIX, podendo-se traçar paralelos entre essa experiência e a experiência de outros grupos lingüísticos subordinados no contexto do domínio colonial. No mínimo, o grupo das pessoas surdas poderia ser considerado como um grupo étnico. A etnia é definida, geralmente, através de duas dimensões: raça e língua.

No caso das pessoas surdas, a língua é uma importante característica definidora. Diferentemente da cegueira ou de incapacitações ligadas ao movimento, por exemplo, a surdez é invisível. Ela só se torna visível quando a pessoa surda se envolve nalguma ação comunicativa. O grupo de pessoas

surdas pode ser pensado, pois, como “uma população cuja capacidade distintiva consiste no uso necessário de um sistema lingüístico que não exige comunicação auditiva/oral” (p. 77). No interior de uma nação, “eles representam, pois, uma minoria lingüística” (p. 78).

Em geral se pensa que a surdez envolve uma incapacidade para utilizar a linguagem, como demonstram os “esclarecimentos” do especialista

... "surdo" com minúsculas se refere simplesmente ao fato físico da surdez, enquanto "Surdo" com maiúsculas se refere aos surdos como grupo cultural, como comunidade linguística...

médico do programa do Jô Soares. Entretanto, esse entendimento significa um privilegiamento infundado do sistema auditivo/oral de comunicação. Aqui, Davis cita Balibar, que diz que "a produção da etnia importa na racialização da língua e na verbalização da raça" (p. 78). No caso das pessoas surdas, o que atua é um processo de racialização da língua. É através de uma suposta deficiência linguística que as pessoas surdas são vistas como um grupo físico diferente, isto é, como se fossem uma "raça" diferente, ou seja, elas se tornam racializadas através da língua – de sinais – diferente que utilizam.

A definição da identidade étnica é dependente de um processo em que entram em conflito a forma como um grupo dominante define a etnia e a forma como um grupo étnico se define a si próprio. Um grupo torna-se, assim, "etnicizado" através desse duplo e conflitante processo. O local da etnia, diz David, "é um local contestado, numa luta para definir quem definirá a etnia do grupo, quem a construirá" (p. 79).

Voltando-se, agora, para o tema da incapacitação, Davis vê uma conexão entre a própria categoria discursiva da incapacitação e os apelos retóricos em favor da nacionalidade. A pessoa com incapacitação não é vista como pertencendo à nação, como sendo um cidadão. Concepções de nacionalidade acabam

se misturando com noções sobre raça e incapacitação para definir o cidadão pleno que faz legitimamente parte da nação. As conexões historicamente feitas entre os povos não-ocidentais e as pessoas com incapacitação, tal como ilustrada nos espetáculos centrados na exibição de pessoas "estranhas", comuns desde o século XVIII, mostram "dramaticamente a forma similar como foram definidas a raça, a nação e a identidade física" (p. 92). Davis conclui este capítulo analisando a forma como se tentou ocultar, nos Estados Unidos, a situação paraplégica de um de seus presidentes, Franklin D. Roosevelt. Este caso ilustra a extensão na qual "o espectro do corpo 'anormal' precisa ser exorcizado para que não contamine a sensação que tem a nação de sua própria inteireza e integridade" (p. 99).

No Capítulo 5 ("Surdez e *insight*: incapacitação e teoria"), Davis desenvolve argumentos que são bastante complexos e difíceis. Ele vai tentar descrever, aqui, a surdez como uma modalidade de crítica. Ele começa por fazer uma distinção entre o Surdo (com maiúsculas), o surdo (com minúsculas) e o momento surdo. Essa distinção entre "Surdo" e "surdo" se tornou comum nos meios ligados ao ativismo político surdo nos Estados Unidos. Nesse contexto, "surdo"

com minúsculas se refere simplesmente ao fato físico da surdez, enquanto "Surdo" com maiúsculas se refere aos surdos como grupo cultural, como comunidade linguística (isto talvez faça mais sentido em inglês, língua cujas convenções obrigam a grafar os nomes das línguas em maiúsculas). Embora, no contexto da luta pela definição de uma identidade cultural, essa possa ser uma estratégia política eficaz, trata-se, entretanto, de uma operação teoricamente discutível. Paradoxalmente, ao admitir que, afinal, existe um núcleo físico que pode ser separado de sua definição social e cultural, essa operação acaba por restituir aos discursos dominantes sobre a surdez parte de sua eficácia retórica. Ora, o argumento dos Estudos Culturais é que o importante é justamente a definição social e cultural de algo como constituindo um objeto. Nem o objeto nem o sujeito existem anterior e independentemente dessa definição. Davis distingue ainda o "momento surdo": "uma posição contextual, um momento dialético no processo de crítica/leitura que é definido pelo reconhecimento por parte da leitora/escritora/crítica de que ela (ou ele) é parte de um processo que não envolve falar ou ouvir" (p. 101).

Na tradição literária e filosófica ocidental é a cegueira

ESPAÇO ABERTO.....

INES
ESPAÇO
DEZ/97
12

que é vista como uma fonte privilegiada de *insight*, como uma espécie privilegiada de visão interior. Mas por que a cegueira em particular? Aqui o argumento de Davis se torna bastante complicado. A cegueira adquire um papel crítico, como visão interior privilegiada, porque se oporia à forma dominante, não-cega, de conhecimento. Isto é, o oposto da cegueira é a visão, neste caso avaliada negativamente por uma perspectiva de crítica dos modos dominantes de conhecimento. A visão, por sua vez, está associada à leitura e à escrita. Assim a visão interior permitida pela cegueira se oporia às formas de conhecimento associadas à leitura. Na posição crítica, a primeira

uma barreira entre o sujeito e a linguagem oral. Ora, na medida em que, segundo Derrida, é precisamente a linguagem oral que é privilegiada na tradição logocêntrica dominante, a genuína operação crítica seria dada, então, pela surdez.

Embora se utilize das análises de Derrida nesse caso, Davis considera que a oposição entre linguagem oral e escrita teorizada por Derrida não questiona suficientemente os pressupostos logocêntricos. Em vez disso, o problema é que nossas suposições comuns sobre a linguagem colocam a origem e a recepção da linguagem em pontos particu-

A cegueira adquire um papel crítico, como visão interior privilegiada, porque se oporia à forma dominante, não-cega, de conhecimento.

seria avaliada positivamente, enquanto a segunda seria avaliada negativamente. A primeira ganharia, assim, um *status* crítico. Mas, argumenta Davis, citando Derrida, a civilização ocidental, dominante, tem privilegiado a forma oral de discurso como a essência da linguagem e do conhecimento. Nessa compreensão dominante, a escrita é apenas uma forma secundária e derivada da linguagem oral. Se seguimos o raciocínio de Derrida, a forma privilegiada de operação crítica seria dada, então, não pela cegueira, mas pela surdez. A cegueira simplesmente coloca um obstáculo entre a leitora e o texto. É a surdez que coloca

lares do corpo: ela se originaria ou na boca (no caso da poesia, da conversa, da oratória) ou na mão (no caso da escrita ou da produção acadêmica) e seria recebida ou através do ouvido (no caso da música, da fala) ou através do olho (no caso da linguagem escrita). Essas suposições mostram o grau em que “existe uma economia do corpo envolvida em nossas metáforas sobre linguagem e conhecimento” (p. 103). Cegueira, visão interior, iluminismo, iluminação, escuridão, obscuridade: “esses termos constituem um sistema de metáforas que sustentam a ilusão de um corpo ideal” (p. 103). Quando há uma mudan-

ça e a conversa é gerada pelas mãos e recebida pelos olhos, “a maioria das pessoas supõe que não estamos mais lidando com a linguagem como tal” (p. 103). Neste ponto, a crítica que Davis faz a Derrida torna-se pouco clara. Ela pode, entretanto, ser complementada com uma crítica bem mais extensa e elaborada feita por H. Dirksen L. Bauman, num ensaio intitulado “Em direção a uma poética da visão, do espaço e do corpo”, incluída num livro organizado justamente por Lennard J. Davis, *The disability studies reader* (Nova York: Routledge, 1997).

No Capítulo 6 (“Visualizando o corpo incapacitado: o nu clássico e o torso fragmentado”), Davis volta ao tema da incapacitação, para analisar as diversas formas como ela tem sido representada, sobretudo nas artes. Ela começa fazendo uma descrição da Vênus de Milo:

Ela não tem braços ou mãos, mas o que resta de seu antebraço direito se estende até seu seio. Seu pé direito foi amputado, seu rosto tem sérias cicatrizes, falta-lhe a ponta do nariz e seu lábio inferior está cortado. Felizmente, suas mutilações faciais foram tratadas e quase não são visíveis, exceto por pequenas cicatrizes, visíveis apenas se olhadas de muito perto. O dedão de seu pé direito foi cortado e seu torso está coberto de cicatrizes, incluindo uma particularmente grande entre as omoplatas, uma segunda cicatriz que cobre seu ombro e ainda

uma outra no seio, correspondente à parte de onde a ponta foi arrancada (p. 126).

E, no entanto, diz Davis, “ela é considerada uma das figuras femininas mais belas do mundo”. Ele cita, em seguida, a descrição erótica que uma mulher, Pam Herbert, quadraplégica com distrofia muscular, faz de sua noite de núpcias. Ele coloca essas duas mulheres, ambas com “incapacitações”, lado a lado. A estátua, diz Davis, “é considerada o ideal da beleza e do erotismo ocidental, embora não tenha braços e esteja desfigurada, enquanto a outra mulher seria provavelmente considerada por muitas pessoas ‘normais’ como fisicamente repulsiva e certamente sem atração erótica” (p. 127). Por que, pergunta Davis, essa diferença de tratamento?

A pergunta mais ampla é, na verdade: por que as pessoas com certas incapacitações são vistas, em geral, como deserotizadas? Se, como Davis argumentou anteriormente, vemos a incapacitação como um fenômeno cultural enraizado nos sentidos, então a questão é saber de que forma nossas representações da incapacitação estão ligadas ao modo como a percebemos através de um campo de visão, de tato, de escuta. Na verdade, é uma questão que “tem mais a ver com a natureza do sujeito que com as qualidades do objeto, que tem mais a ver com a pessoa que observa do que com a pessoa observada” (p. 128).

Dessa perspectiva, a normalidade não é o grau zero da existência, mas um local de biopoder, para utilizar um con-

ceito de Foucault. A pessoa ‘normal’ pensa e age de acordo “com uma rede de pressupostos capacitacionistas (*ableist*) tradicionais e com apoios sociais que conduzem o olhar e a interação” (p. 128). O encontro entre a pessoa ‘normal’ e a pessoa com incapacitação é sempre um encontro desigual. Davis transcreve aqui a descrição, feita por Anne Finger, de um encontro imaginário entre Rosa Luxemburgo e Antonio Gramsci, ambos portadores de incapacitações, mas nesse momento é Rosa Luxemburgo quem tem o poder do olhar ‘capacitado’. Não resisto à ten-

insulto tão grande quanto o olhar fixo: ela volta, pois, a cabeça novamente em sua direção, mas tenta fazer com que o seu foco seja amplo e não direto. Camarada Rosa, teria você sentido um ligeiro instante de constrangimento? Vergonha? Repugnância? Medo? Um sentimento sem nome? (p. 128).

A incapacitação, em sua relação com o poder do olhar, constitui, para Davis, uma perturbação no campo visual, auditivo, perceptual. Como tal, “essa perturbação, essa rebelião do visual, tem que ser regulada, racionalizada, contida”

**A pessoa ‘normal’ pensa e age de acordo “com uma rede de pressupostos capacitacionistas (*ableist*) tradicionais e com apoios sociais que conduzem o olhar e a interação” (p. 128).
O encontro entre a pessoa ‘normal’ e a pessoa com incapacitação é sempre um encontro desigual.**

tação de transcrevê-lo também aqui:

“Podemos avaliar a reação espantada de Rosa enquanto ela olha obliquamente aquele anão deformado, mancando em direção a ela, num terno preto de segunda mão tão gasto que os punhos estão puídos e o tecido está se tornando verde com o tempo, seu olho imediatamente atraído para essa perturbação no campo visual; o inconsciente recolhe-se; ela se dá conta de que está olhando fixamente para ele e volta – demasiadamente rápido – a cabeça na outra direção. E então, um momento depois, vem a consciência de que o rápido desvio do olhar era um

(p. 129). As razões para a manutenção do binário “normal/anormal” podem ser complexas, mas podemos ver aqui o começo de uma explicação da tendência a dividir os corpos em duas categorias imutáveis: inteiro e incompleto; capacitado e incapacitado; normal e anormal; funcional e disfuncional.

A norma determina o corpo “incorreto”: demasiado pequeno ou demasiado grande; demasiado gordo ou demasiado magro; não suficientemente masculino ou feminino; pouco ou muito cabelo; pênis ou seios demasiado pequenos ou demasiado grandes (mas não o pênis). A cultura tende,

além disso, a dividir os corpos entre partes boas e partes ruins: são bons os cabelos, o rosto, os lábios, os olhos, as mãos; são ruins os órgãos sexuais, os órgãos de excreção e as axilas. Por quê? Davis vai recorrer aqui, como em várias partes do livro, a explicações psicanalíticas: “as divisões inteiro/incompleto, capacitado/incapacitado tentam ocultar a amedrontadora inscrição esculpida na parede, a qual faz lembrar ao alucinado e inteiro ser que sua inteireza é, na verdade, uma alucinação, uma ficção” (p. 130). As categorias que formam a divisão constituem, na verdade, uma forma de repressão do corpo fragmentado.

Davis, entretanto, reconhece a insuficiência dessa explicação psicológica. Como ele vem enfatizando, a incapacitação é um processo social e histórico. Parece que certas incapacitações têm uma conotação muito mais negativa numa sociedade industrial ou pós-industrial que nas sociedades pré-industriais, na medida em que nessas últimas o corpo está inevitavelmente ligado a noções de produtividade.

Para demonstrar as formas complexas pelas quais o corpo se torna um campo de significação, Davis analisa a tradição do nu nas artes visuais. Essa forma de representação, segundo ele, tem servido para solidificar um modo dominante de visualizar o corpo. Citando Kenneth Clark, ele afirma que o nu não é simplesmente uma descrição literal do corpo humano mas um conjunto de convenções sobre o corpo (p. 132). A figura de Vênus é o

momento mais representativo dessa convenção. A figura de Vênus não é simplesmente um tema, mas “uma forma masculina de moldar o corpo feminino ou de refazê-lo como um todo conceitual” (p. 133).

A representação artística do corpo nu como um corpo inteiro é uma forma de contenção do medo do corpo fragmentado, do corpo alterado: “o corpo fragmentado é o corpo não-sagrado”. Através da representação do corpo inteiro, a sociedade cria um escudo protetor que isola contra a possibilidade da mutilação, da fragmentação, da castração.

Davis estende essa análise para a ficção (*o Frankenstein*, de Mary Shelley) e para certos filmes de Hollywood. Não vamos segui-lo nessa detalhada análise, mas apenas registrar sua conclusão para este capítulo: “nossas representações do corpo são realmente defesas contra a noção de que o corpo possa ser qualquer coisa além de um todo inconsútil, uma entidade inteira, completa, não-fragmentada” (p. 157).

No último capítulo, Capítulo 7 (“Posições incômodas: incapacitação e multiculturalismo”), Davis sintetiza as principais idéias do livro e extrai algumas conclusões políticas. Como ele disse anteriormente, os corpos com incapacitação são relegados até mesmo numa área progressista como a dos Estudos Culturais ou talvez, na verdade, até mais relegados aqui, dada

a tendência dessa perspectiva a romantizar corpos “transgressivos”, desde que inteiros. Os corpos com incapacitação “não podem participar da erótica do poder, do poder do erótico, da economia da transgressão” (p. 158). Como, pois, incluir temas ligados à incapacitação no território já problemático do currículo multicultural?

Davis apenas esboça algumas sugestões: enfatizar as narrativas, a literatura e as representações das pessoas com incapacitação em cursos de literatura; ensinar a política da incapacitação em cursos que lidem com questões sociais e políticas; fazer esforços conscientes para incluir pessoas com incapacitação na mídia... Também seria importante, para Davis, que o esforço para incluir a incapacitação no currículo não se tornasse marginalizado em cursos que sejam construídos como guetos. Embora tenha havido resistências de parte de pessoas e grupos conectados com questões de classe, raça e gênero à inclusão de temas ligados a incapacitação no currículo, é necessário construir conexões que demonstrem a inseparabilidade entre incapacitação e essas outras dimen-

sões sociais. Há uma clara relação entre incapacitação, de um lado, e pobreza e raça, de outro.

A construção de coalizões que incluam os grupos de pessoas com incapacitação exige também que algumas categorias da agenda progressista sejam repensadas. Dadas as possibilidades hoje existentes de detecção de incapacitações antes do parto e os avanços da terapia genética, há todo um conjunto novo de questões éticas e políticas. Torna-se possível evitar certas incapacitações através do aborto ou da manipulação genética. Sem questionar o direito da mulher à decisão sobre a utilização de seu corpo, é lícito perguntar-se se algumas dessas operações não podem levar a uma nova agenda eugenista que buscasse “corrigir” e “purificar”, mas, desta vez, antes do nascimento.

Em suma, o livro de Davis é uma contribuição extremamente importante para a área de Estudos Culturais. Ele é, provavelmente, um dos primeiros a fazer a conexão, tão característica da análise cultural, entre incapacitação, de um lado, e identidade e poder, de outro. Sua análise tem consequências também importantes para a educação e o currículo. Embora não possamos extrair todas essas consequências aqui, é importante registrar que elas afetam não apenas a educação das pessoas surdas ou das pessoas com incapacitação. Se não é mais a pessoa surda ou a pessoa com incapacitação que é o problema, mas sim o discurso sobre a surdez e sobre a incapacitação, então o que deve ser principalmente afetado é a educação e o currículo das pessoas ‘normais’. Nesse

espírito, são principalmente essas que devem ser educadas. Na direção da tendência pós-estruturalista dos Estudos Culturais, tampouco se pode basear essa “educação” em um retorno a qualquer essência ou a qualquer estado original que, de forma inversa, essencialize a pessoa surda ou portadora de alguma forma de incapacitação. Como diz Owen Wrigley (p. xvii), “não existe aqui nenhuma promessa de libertação, nenhuma tentativa de atribuir uma voz autêntica ao excluído...”. Ou, para concluir com Davis:

“Apenas quando forem reveladas as ofensas políticas e

Nota:

1. Nesta revisão traduzo “*disability*” por “incapacitação” e “*disabled*” por pessoa com incapacitação”. Ao utilizar essa forma, penso ter enfatizado o caráter produzido e social da “incapacitação”, evitando a conotação de “defeito” pessoal que pode ser transmitida pela expressão “pessoa incapacitada” ou, pior ainda, pela expressão “deficiente físico”. Obviamente, a forma como os grupos culturais e sociais são nomeados e auto-nomeados é uma questão de disputa que está estreitamente ligada à questão da identidade e da auto-identidade. A forma de nomeação é parte da luta. É a crítica conservadora ou de direita que atribui a uma pretensa posição “politicamente correta” a “recomendação” de se utilizar eufemismos ou expressões rebuscadas para nomear certos grupos culturais e sociais. Na verdade, não se conhecem grupos culturais e sociais que reivindiquem esse tipo de nomeação. Isso é uma invenção de grupos

sociais ocultas por detrás da máscara de benevolência, apenas quando o arriscado ambiente planejado para ser a área de conforto do normal for exposto, em toda a sua amplitude, como produtor de incapacitação – apenas então poderemos começar a nos olharmos e a nos sentirmos uns aos outros, em toda a rica variedade e diferença de nossos corpos, nossas mentes e nossas aparências” (p. 171).

conservadores para ridicularizar as reivindicações políticas de certos grupos subordinados ao direito de escolher como querem ser nomeados. É óbvio que esses grupos culturais e sociais rejeitam formas de nomeação que sejam degradantes ou inferiorizantes. Mas quando os termos não têm essa carga, esses grupos utilizam-nos de preferência a eufemismos ou a expressões rebuscadas que reproduzem, de forma inversa, a mesma atitude preconceituosa, desta vez em seu disfarce benevolente. Assim, por exemplo, no caso das pessoas surdas, elas preferem ser chamadas simplesmente de “surdas” (embora, como ressaltado no texto, reivindiquem, nos Estados Unidos, a utilização de maiúsculas). Imagino que, da mesma forma, os homens cegos e as mulheres cegas preferam ser chamados, simplesmente, de cegos e cegas, respectivamente, mas não, evidentemente, através do paternalista “ceguinho”.